

Coleta de Preços n. 002/21
Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá
e Policlínica Regional
Implantação e Locação de Plataforma Eletrônica de Sistematização
de Procedimentos de Prestação de Contas (SES)

O INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO - IMAS, pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, qualificada como organização social pelo Decreto Estadual n. 1449 de 18 de janeiro de 2018, por meio de sua Presidência, solicita orçamento destinado a contratação de empresa para **implantação e locação de plataforma digital de sistematização de procedimentos de prestação de contas no Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá e Policlínica Regional**, que será regido pelas regras estabelecidas na presente solicitação, no regulamento próprio de contratações do IMAS, aprovado pelo Conselho de Administração, bem como normas aplicáveis ao modelo de contratação.

De acordo com o objeto que será contratado deverão ser considerados os seguintes requisitos:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES
1.	OBJETO: 1.1. Contratação de empresa especializada para implantação e locação de plataforma digital de sistematização de procedimentos de prestação de contas , mediante operacionalização e desenvolvimento de todas as atividades necessárias para a consecução do objeto no Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá e Policlínica Regional, CNES 2651515 , conforme descrição pormenorizada constante no item 3 desta coleta de preços.
2.	JUSTIFICATIVA: 2.1. Implantação de plataforma eletrônica para prestação de contas, seguindo a Instrução Normativa SEA nº 20/2020.
3.	ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: 3.1. A CONTRATADA deverá implantar e locar plataforma eletrônica composta de um conjunto de ferramentas que sistematizem os procedimentos de prestação de contas, permitindo o controle, a fiscalização e a transparência da aplicação dos recursos públicos transferidos mediante o nosso contrato de gestão com a SES, aprimorando e agilizando o acompanhamento e monitoramento econômico-financeiro e as informações assistenciais das unidades hospitalares, a fim de evidenciar com fidedignidade todas as operações e movimentações;

3.2. A plataforma eletrônica deverá possibilitar a remessa dos dados e documentos relativos:

- I. Às contas bancárias (movimentações financeiras, aplicações financeiras, fluxo de caixa, fundos de provisão e reserva de riscos e passivos contingentes, etc.);
- II. Aos créditos (repasse, receitas financeiras, receitas, patrimoniais, etc);
- III. Aos credores e obrigações;
- IV. Aos empregados e à folha de pagamento;
- V. Aos tributos e encargos trabalhistas e previdenciários;
- VI. Ao inventário e movimentação dos bens móveis, inclusive dos inservíveis;
- VII. Ao inventário e movimentação dos bens e equipamentos locados;
- VIII. Ao inventário e movimentações dos estoques e insumos;
- IX. A evidenciação da constituição e manutenção do Fundo de Provisão, com valores provisionados destinados ao pagamento de férias e um terço constitucional, do 13º salário e indenizações decorrentes de rescisões de contratos de trabalho;
- X. A evidenciação da constituição e manutenção do Fundo de Reserva, com os montantes necessários para arcar com o pagamento de eventuais riscos e passivos contingentes, como multas e indenizações, inclusive os objetos de processos administrativos ou ações judiciais;
- XI. À integra dos processos ou documentos processos administrativos ou judiciais que possam resultar em eventuais riscos e passivos contingentes, como multas e indenizações, ao Estado de Santa Catarina;
- XII. Aos balancetes e das demonstrações financeiras;
- XIII. Às metas assistenciais contratualizadas e produzidas;
- XIV. Aos indicadores de qualidade;
- XV. Ao Boletim de Produção Ambulatorial (BPA);
- XVI. À Autorização de Internação Hospitalar (AIH);
- XVII. Às certidões, aos certificados, aos alvarás, entre outros documentos, devidamente atualizados, que comprovam a regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e de gestão institucional da Organização Social;
- XVIII. Ao regulamento de seleção e contratação de pessoal e o plano de cargos, benefícios, remunerações e indenizações;
- XIX. Aos processos digitais de seleção para contratação de empregados e dirigentes, incluindo o edital de chamamento público e os resultados;
- XX. Ao regulamento de contratação de obras e serviços e compras a serem realizadas com recursos públicos;
- XXI. Aos processos digitais de seleção e contratação de fornecedores e prestadores de serviços, conforme previsto no regulamento, inclusive com os resultados e a integra dos contratos e termos aditivos firmados com os fornecedores e prestadores de serviços;

3.3. A plataforma de prestação eletrônica deverá conter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- I. O monitoramento, a fiscalização e a interatividade “on line”, inclusive emissão de avisos e realização de diligências;

- II. A emissão de relatórios gerenciais e legais;
- III. A exportação dos dados, em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários;
- IV. A criação de “dashboard”, contendo indicadores que permitam a visualização de informações relativas ao cumprimento das metas assistenciais e aplicação dos recursos repassados;
- V. A disponibilização de portal (site), na internet, para publicação dos dados e documentos disponibilizados na plataforma, permitindo o gerenciamento e a liberação por módulo, de acordo com as diretrizes fixadas pela Secretaria de Estado da Administração, objetivando atender integralmente ao parágrafo único do art. 2º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

3.4. A plataforma eletrônica deverá ser capaz de transmitir e receber eletronicamente a prestação de contas dos valores dos repasses recebidos pela Organização Social, contendo os dados e a documentação comprobatória das operações, movimentações ou pagamentos.

- I. Deverá realizar transmissões diárias, um dia após as operações, movimentações ou pagamentos, e mensais, com os dados e documentos relativos à competência encerrada, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente;
- II. A documentação comprobatória das operações, movimentações ou pagamentos, digitalizada pela Organização Social, deverá estar vinculada, na plataforma eletrônica, com os respectivos dados;
- III. A plataforma eletrônica deverá conter um conjunto de soluções para fazer o gerenciamento de informações, preparando e armazenando os dados e documentos relativos às prestações de contas em nuvem;

3.5. Deverá ser disponibilizada, mensalmente, cópia de segurança dos dados e documentos relativos às prestações de contas, e ao final do contrato, cópia integral do conjunto de dados.

3.6. A plataforma eletrônica deverá conter módulo para certificação digital dos documentos eletrônicos que serão transmitidos através da autoridade certificadora, no âmbito da Organização Social, vinculando a entidade a uma chave pública, com padrão ABNT de modalidade de assinatura eletrônica.

3.7. A certificação digital deverá ser realizada na hora da transmissão dos registros da prestação de contas, e obrigatoriamente aceitará os certificados de tipo A1 e A3.

3.8. Os arquivos transmitidos deverão ser criptografados na transmissão e descriptografados no recebimento das prestações de contas, com o objetivo de dar segurança durante o processo de transferência de dados.

- 3.9. A plataforma eletrônica deverá conter módulo de acompanhamento e fiscalização, que possibilite:
- I. A secretaria de Estado da área correspondente à atividade fomentada analisar e classificar diariamente os registros e diligenciar a Organização Social e eventuais inconsistências ou despesas consideradas impróprias, e, posteriormente, deverá permitir ainda a sua reanálise;
 - II. A Organização Social regularizar ou apresentar justificativas, inclusive novos documentos, em campo próprio no sistema de prestação de contas, no prazo de até 07 (sete) dias corridos;
- 3.10. A manutenção e o suporte da ferramenta se dará em valor fixo mensal, no qual deverá estar incluído todos os custos para desenvolvimento da ferramenta, inclusive treinamento dos usuários, e, no caso de customização, eventuais evoluções decorrentes das especificidades do modelo catarinense de Organizações Sociais;
- 3.11. O treinamento e a garantia de acesso à ferramenta será assegurado, além dos usuários da Organização Social, às equipes da pasta supervisora e da Secretaria de Estado da Administração, bem como aos órgãos de controle interno e externo;
- 3.12. A viabilização de eventual coleta de dados em sistemas do Estado de Santa Catarina imprescindíveis para monitoramento, controle, fiscalização e auditoria realizados por meio da ferramenta contratada;
- 3.13. A possibilidade de geração da prestação de contas mensal em arquivo no formato PDF – “Portable Document Format”, com todos os documentos de interações registradas na ferramenta;
- 3.14. A definição do leiaute dos arquivos de dados que serão coletados nos sistemas informatizados da Organização Social, para alimentação da ferramenta, será apresentada pela empresa contratada e previamente aprovada pelo órgão supervisor e pela Secretaria de Estado da Administração;
- 3.15. A alteração no leiaute dos dados, rol de documentos a serem transmitidos ou a evolução de recursos ou funcionalidades da ferramenta deverão ser submetidas ao órgão supervisor e à Secretaria de Estado da Administração que, caso aprovadas, interagirão com a empresa contratada;
- 3.16. A necessidade de observância, por parte da Organização Social e da empresa contratada, da Instrução Normativa SEA nº 20/2020, bem como de alterações supervenientes que tenham por objetivo sistematizar procedimentos e prazos para prestação de contas, inclusive monitoramento, controle e fiscalização;

	<p>3.17. A plataforma deverá ser implantada no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato de Gestão.</p>
4.	<p>LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:</p> <p>4.1. A prestação do serviço será realizada no Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá e Policlínica Regional, localizado na Rua: Castro Alves, n. 303 – Coloninha, Araranguá, Santa Catarina.</p>
5.	<p>DA VIGÊNCIA, RESCISÃO, SUSPENSÃO OU INTERRUPTÃO DO CONTRATO</p> <p>5.1. O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses, iniciando-se com a assinatura do presente instrumento;</p> <p>5.2. A rescisão contratual poderá ocorrer por descumprimento dos termos contratuais ora avençados, ou por interesse de uma das partes, sendo que, em ambos os casos, deverá ocorrer a notificação expressa, pela parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Durante este período, serão inteiramente aplicáveis as normas contratuais;</p> <p>5.3. A CONTRATANTE rescindir o contrato automática e independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou instalação de insolvência civil da CONTRATADA;</p> <p>5.4. O contrato poderá ser rescindido em caso de violação de quaisquer das cláusulas deste instrumento, pela CONTRATANTE, mediante denúncia imediata, sem prejuízo de eventual indenização cabível;</p> <p>5.5. Acordam as partes que a vigência e validade jurídica deste contrato é vinculada ao Contrato de Gestão celebrado com o Estado de Santa Catarina e que versa sobre o gerenciamento e a operacionalização do Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá e Policlínica Regional. Assim, excepcionalmente, se aquele contrato principal for rescindido por qualquer motivo e a qualquer tempo, tendo em vista a imprevisibilidade desse fato, o contrato de prestação de serviço se resolverá ao mesmo tempo e de maneira automática e instantânea, sem que haja a necessidade de nenhuma comunicação formal neste sentido por nenhuma das partes, hipótese em que não haverá a cominação de multa, penalidade ou indenização prevista neste contrato e sob nenhuma rubrica, com o que concordam expressamente as partes, cabendo à CONTRATANTE pagar apenas pelos serviços prestados até a data da rescisão.</p>
6.	<p>DO REAJUSTE DE PREÇOS</p> <p>6.1. Dentro do prazo de 12 (doze) meses, o preço proposto não sofrerá reajuste, conforme prevê o artigo 2º da Lei n.º 10.192/2001;</p> <p>6.2. Para Reajuste de Preço ou Reequilíbrio Econômico do contrato, a CONTRATADA deverá, com 30 (trinta) dias de antecedência ao fato gerador da</p>

	<p>repactuação, solicitar por escrito à CONTRATANTE, embasando seu pedido com os documentos comprobatórios dos argumentos expostos que ensejam o Reajuste ou Reequilíbrio Econômico do contrato, sob pena de indeferimento ou preclusão do pedido;</p> <p>6.3. Após o protocolo pela CONTRATADA do pedido de Reajuste ou Reequilíbrio Econômico do contrato para a CONTRATANTE, o mesmo será analisado e respondido por escrito, fundamentando a CONTRATANTE sua decisão.</p>								
7.	<p>DAS PENALIDADES</p> <p>7.1. O descumprimento total ou parcial deste contrato ou das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as penalidades previstas neste contrato e das demais sanções aplicáveis à espécie:</p> <ul style="list-style-type: none">I - Advertência por escrito;II - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na prestação dos serviços objeto deste contrato;III - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na entrega dos produtos ou serviços por período igual ou superior a 10 (dez) dias, com consequente rescisão do contrato a critério da CONTRATANTE; e <p>7.2. Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor do contrato. Quaisquer acordos, alterações, prorrogações, ajustes, pagamentos extraordinários, e outras adaptações ou complementações necessárias, de acordo com a forma do pactuado neste contrato, serão impreterivelmente celebrados por escrito e firmados pelas partes.</p>								
8.	<p>DO PAGAMENTO:</p> <p>8.1. Os pagamentos serão efetuados exclusivamente através de depósito em conta corrente bancária de titularidade da CONTRATADA, conforme dados abaixo:</p> <table border="1"><tr><td>Nome da Contratada</td><td></td></tr><tr><td>CNPJ</td><td></td></tr><tr><td>Nome Banco</td><td></td></tr><tr><td>Número do</td><td></td></tr></table>	Nome da Contratada		CNPJ		Nome Banco		Número do	
Nome da Contratada									
CNPJ									
Nome Banco									
Número do									

	<table border="1"><tr><td>Banco</td><td></td></tr><tr><td>Agência</td><td></td></tr><tr><td>Conta</td><td></td></tr></table>	Banco		Agência		Conta	
Banco							
Agência							
Conta							
	<p>8.3. Os pagamentos serão mensais, subsequente ao mês de prestação dos serviços, devendo ser realizados no prazo de 25 (vinte e cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA;</p> <p>8.4. A Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA deverá apresentar a descrição dos serviços prestados com menção do número do contrato, mês da realização do serviço, valor total a ser pago;</p> <p>8.5. A CONTRATADA deverá encaminhar juntamente com a Nota fiscal as <u>certidões negativas de FGTS, conjunta da Receita Federal (inclusive INSS) e Trabalhista</u>;</p> <p>8.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006;</p> <p>8.7. Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de deduzir de pagamentos devidos à contratada, sejam eles decorrentes ou não desta coleta de preços, e desde que o faça mediante comunicação formal com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, importâncias correspondentes a: I) débitos a que a CONTRATADA tiver dado causa, notadamente multas de qualquer espécie, acrescidos de consectários; II) despesas relativas à correção de falhas causadas pela CONTRATADA; III) dedução relativa a insumos de responsabilidade da CONTRATADA que por ela não tenha sido fornecidos; IV) utilização de materiais ou equipamentos da CONTRATANTE, cujo fornecimento seja de obrigação da CONTRATADA.</p>						
9.	<p>DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:</p> <p>9.1. Os interessados deverão apresentar suas propostas em envelope opaco e lacrado no dia 15 de junho de 2021, às 09 horas, no HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO AFFONSO GHIZZO DE ARARANGUÁ E POLICLÍNICA REGIONAL, localizado na Rua Castro Alves, n. 303, CEP 88900-631 – Coloninha, Araranguá, Santa Catarina, aos cuidados da DIREÇÃO GERAL DO HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO AFFONSO GHIZZO E POLICLÍNICA REGIONAL.</p> <p>9.2. O envelope n. 1 deverá conter a seguinte informação do lado de fora:</p>						

	<p style="text-align: center;">ENVELOPE N. 01 – PROPOSTA DE PREÇO Nome da Proponente: _____ Coleta de Preços n. 002.2021 – Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá e Policlínica Regional Licença De Software De Sistematização De Procedimentos De Prestação De Contas (SES)</p> <p>9.3. Os envelopes lacrados serão abertos após as 09 horas do dia 15 de junho de 2021, na presença do Diretor Geral e do Gerente Administrativo do Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá e Policlínica Regional, Representante da (s) proponente (s) interessadas na coleta de preços que garantirá a lisura do ato;</p> <p>9.4. Do ato da abertura do envelope de propostas de preços será lavrada ATA com a assinatura de todos os presentes.</p>
10.	<p>DA PROPOSTA DE PREÇO</p> <p>10.1. As propostas de preços devem ser redigidas em papel timbrado, em português, em moeda nacional (R\$), de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datadas, numeradas sequencialmente, rubricadas e assinadas pelo representante da proponente, contendo as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none">a) QUALIFICAÇÃO (identificação e endereço da empresa proponente, incluindo telefone e e-mail);b) PREÇO (oferta firme e precisa, sem qualquer alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;c) PRAZO (a proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias;d) ASSINATURA (a proposta deverá ser assinada por representante legal da proponente). <p>10.2. A CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, prorrogar a data de apresentação das propostas.</p> <p>10.3. O encaminhamento de propostas pressupõe o pleno e total conhecimento e atendimento de todas as exigências previstas nesta Coleta de Preços, não podendo haver desistências dos proponentes, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;</p> <p>10.4. Nas propostas apresentadas deverão estar inclusos todos os tributos e encargos de qualquer natureza, tais como despesas de transporte, hospedagem, alimentação e outras que direta ou indiretamente, incidam sobre o objeto, não sendo aceita pela CONTRATANTE qualquer reivindicação a este título;</p>

	<p>10.5. A Proposta deverá conter apenas as informações referentes ao objeto desta Coleta de Preços.</p> <p>10.6. A proposta de preço deverá vir acompanhada de Planilha de Custos, considerando o modelo do ANEXO I;</p> <p>10.7. A proposta de preço deve ter todas as suas páginas enumeradas e rubricadas.</p> <p>10.8. A proponente deverá entregar a sua proposta em envelope opaco e lacrado.</p>
11.	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS <p>11.1. O critério de julgamento é o de menor preço mensal obtido através da soma dos serviços unitários a serem prestados, que deverão estar discriminados na proposta;</p> <p>11.2. Os preços serão avaliados, atendendo toda a descrição constante nesta Coleta de Preços acerca da execução do serviço;</p> <p>11.4. Será desclassificada a proposta que não atender às exigências desta Coleta de Preços, que seja omissa e/ou apresente irregularidades insanáveis, que indique preço com valor igual a zero, simbólico e/ou irrisório, excessivo e/ou manifestamente inexequível;</p> <p>11.5. Se houver indício de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, sendo vedada, contudo a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta;</p> <p>11.6. Se todas as propostas forem desclassificadas, a CONTRATANTE poderá, antes de divulgar a classificação final, conceder aos proponentes o prazo de 05 (cinco) dias corridos para apresentarem novas propostas, sem os vícios que acarretaram a desclassificação;</p> <p>11.7. Verificando-se absoluta igualdade entre duas ou mais propostas inicialmente classificadas em primeiro lugar, a CONTRATANTE designará dia e hora para que os proponentes empatados apresentem novas ofertas de preços; se nenhum deles</p>

	<p>puder ou quiser formular nova proposta ou caso se verifique novo empate, o desempate será decidido por sorteio entre os iguais;</p> <p>11.8. A CONTRATANTE não aceitará, em hipótese alguma, alegações de omissão na proposta ou na Coleta de Preços com o objetivo de alterar a classificação dos proponentes ou o preço proposto;</p> <p>11.9. <u>A CONTRATANTE poderá negociar com os proponentes cujas propostas obtiverem as três melhores classificações, de forma sucessiva, buscando sempre condições mais vantajosas;</u></p> <p>11.10. A CONTRATANTE divulgará em seu site a empresa classificada;</p> <p>11.11. Será conferida a documentação da proponente e de seus profissionais como condição para assinatura do contrato, atendendo as especificações dessa Coleta de Preços.</p>
12.	HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E CONVOCAÇÃO DO VENCEDOR: <p>12.1. O resultado do julgamento da coleta de preços será submetida à Presidência do Instituto Maria Schmitt para homologação;</p> <p>12.2. Após a homologação do resultado, o vencedor será convocado para assinar o contrato, quando cabível, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, a contar da sua expressa convocação, momento que deverá entregar toda a documentação exigida referente a pessoa jurídica;</p> <p>12.3. Se o convocado não comparecer no prazo indicado; não apresentar situação regular; ou injustificadamente recusar-se a contratar, fica facultado à CONTRATANTE convocar os remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;</p> <p>12.4. O atendimento do prazo de convocação pela parte poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.</p>

13.	DAS MANIFESTAÇÕES: 13.1. Das decisões proferidas nesta coleta de preços quanto ao julgamento das propostas caberá manifestação do interessado que deverá ser interposta no prazo de 24h (vinte e quatro) horas contados da divulgação dos classificados; 13.2. A manifestação deverá ser digitada, rubricada e assinada por pessoa legalmente constituída para tanto, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e protocolizado por e-mail orcamento.hra@imas.net.br , aos cuidados da Direção Geral do Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá e Policlínica Regional até às 17 horas (horário de Brasília); 13.3. A manifestação encaminhada por e-mail deve observar quanto ao último dia de prazo e horário limite definido no item anterior; 13.4. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, prorrogando-se este para o primeiro dia útil seguinte, quando cair em dia que não haja expediente na CONTRATANTE.
14.	DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS COMO CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO: 14.1. A proponente classificada como menor preço por lote será convocada a celebrar contrato no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, oportunidade que deverá apresentar os seguintes documentos relativos à pessoa jurídica da proponente: a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de sociedade comercial e de sociedade por ações, acompanhar documentos de eleição de seus administradores ou documentos que comprove poderes para assinar documentos referentes a presente coleta de preços; b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ; c) Alvará de funcionamento; d) Alvará Sanitário; e) Certidões de negativas da Fazenda Municipal, Estadual, União e FGTS; f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, para emissão das Notas Fiscais; g) Declaração de que o proponente não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno,

perigoso ou insalubre, e de menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, segundo o inciso XXXIII d artigo 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n. 9.854/99);

- h) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordada, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias;
- i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos trabalhistas expedida em nome da proponente;
- j) Documentos de Identificação de todos os profissionais envolvidos na prestação do serviço (RG, CPF, Carteira de trabalho)

14.4. O envelope deverá conter a seguinte informação do lado de fora.

DOCUMENTOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO
Nome da Proponente: _____
Coleta de Preço n. 002/21 – Hospital Regional
Deputado Affonso Guizzo de Araranguá e
Policlínica Regional
Licença De Software De Sistematização De
Procedimentos De Prestação De Contas (SES)

15. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

15.1. Segue cronograma de execução:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	
COLETA DE PREÇOS nº 002/2021 Plataforma Digital de Sistematização de Procedimentos de Prestação de Contas (SES)	
Data	Descrição
04/06/2021	Publicação da Coleta de Preços n. 002/2021.
15/06/2021	Apresentação das Propostas - Local/Horário: Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá, às 9h.
17/06/2021	Encaminhar para empresa classificada Termo de Convocação para Assinatura do Contrato, através do e-mail: orcamento.hra@imas.net.br.
22/06/2021	Entrega dos documentos pela empresa classificada para Assinatura do Contrato até as 17h, conforme solicitado no item 14 da Coleta de Preços n. 002/2021.
23/06/2021	Análise dos documentos pela equipe Técnica do HRDAG.
24/06/2021	Divulgação no site: www.imas.net.br. - Classificação Final.
01/07/2021	Posse da empresa.

16.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: 16.1. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados. 16.2. Qualquer pedido de esclarecimento deverá ser encaminhado por escrito, até 24h (vinte e quatro) horas antes da data fixada para apresentação das propostas, no endereço eletrônico orcamento.hra@imas.net.br ; 16.3. Os casos omissos serão inicialmente tratados entre as partes; 16.4. O foro competente para dirimir questões relativas a esta Coleta de Preços é o da sede do Instituto Maria Schmitt, ou seja, de Araranguá/SC, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
11.	<p style="text-align: right;">Araranguá, 04 de junho de 2021.</p> <p style="text-align: center;">Douglas Alves Claudio Diretor Executivo Geral Instituto Maria Schmitt</p>

ANEXO – I**MODELO DE PROPOSTA ESCRITA DE PREÇO****Coleta de Preços n. 002/21 do Hospital Regional Deputado
Affonso Ghizzo de Araranguá e Policlínica Regional
(Papel timbrado da empresa, enumerar páginas, rubricar e assinar)**

Ao: Instituto Maria Schmitt – IMAS

Aos cuidados da Direção Geral do Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá e Policlínica Regional

Coleta de Preços n. 002/21 Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá e Policlínica Regional

Prezado Diretor Geral,

Apresentamos a nossa proposta para contratação de empresa para **implantação e locação de plataforma digital de sistematização de procedimentos de prestação de contas no Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá e Policlínica Regional**, conforme descrição constante na Coleta de Preços n.002/21, pelos valores abaixo especificados.

Coleta de Preços n. 002/21 Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá e Policlínica Regional

Licença De Software De Sistematização De Procedimentos De Prestação De Contas (SES)		
Item	Descrição	Valor Total

Declaramos que:

1. No preço proposto, estão computados todos os custos necessários para prestação do serviço de Licença de Software de Sistematização de Procedimentos de Prestação de Contas (SES), bem como todos os tributos, transporte, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre os custos do objeto da Coleta de Preços em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.
2. Os serviços de Licença de Software de Sistematização de Procedimentos de Prestação de Contas (SES), terão início de forma imediata na data de assinatura do contrato e serão executados conforme condições e especificações constantes na Coleta de Preços n. 002/21 – Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo de Araranguá e Policlínica Regional
3. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do Pregão.

DADOS DA EMPRESA

Nome	
CNPJ	
Endereço	
Cidade	
Estado	
CEP	
Telefone	
E-mail	
Dados Bancários	
Nome do Representante Legal	

Local _____, Data _____

Identificação do representante legal e assinatura
Nome/RG/CPF